

# *Investigação sobre a verdade nos jornais*

*Nilson Lage*

“Um jornal é tão bom quanto as verdades que ele diz”. Este *slogan* provocativo de uma campanha institucional do Jornal do Brasil conduz a pelo menos duas ordens de interrogações: 1. O que é um *bom* jornal? e 2. Que gênero de verdade se encontrará em um jornal? Sabemos – e Carlos Castello Branco, colunista da Segunda página do JB, já escreveu sobre isto – de algumas características peculiares do jornal-empresa (no estilo norte-americano), que é o que os grandes jornais brasileiros pretendem ser. Destas, a mais surpreendente é a pretensão de abarcar os diferentes segmentos de opinião aceitáveis na sociedade em proporção equivalente a sua representatividade presumível. Isto explica a coexistência de colunistas de diferentes orientações; na realidade é um desdobramento da *ideologia da imparcialidade* que nutriu a reforma editorial experimentada pelo JB no final da década de 1950 e que se mantém, ao menos como fama, ofuscando os leitores da classe média intelectualizada. Mas também significa a exclusão dos pensamentos ditos socialmente não aceitáveis e o confinamento da crítica individual aos limites do que o jornal publica como *de esquerda* ou *de direita*. Estará aí talvez a ideia contida no juízo de valor sobre um *bom jornal*. Mas a relação entre tal qualificação e a verdade é mais problemática. A ela dedicamos esta investigação, que se compões de um roteiro dedutivo fundado em proposições frequentes do pensamento acadêmico contemporâneo e, finalmente, de um rol de teses para debate.

## Investigação sobre a verdade nos jornais

Cada coisa ou enunciado que se diz ser verdade é antes coisa verdadeira ou enunciado verdadeiro. A primeira tese a considerar, quanto a esse aspecto, refere-se à linguística: que *verdade* provém do atributo *verdadeiro* e o designa, como *beleza* de *belo* e *liberdade* de *livre*; não o contrário, como *atômico* de *átomo* ou *caseiro* de *casa*. A reificação do atributo, quando se diz a *verdade*, corresponde à transformação do adjetivo em substantivo, categoria cujo modelo é, com maior freqüência, o de coisas ou ações perceptíveis no mundo, como *árvore*, *ângulo*, *voo* ou *beijo*.

A verdade é uma abstração que existe objetivamente como qualidade. Subjetivamente, existirá ainda como memória do instante fugaz de uma descoberta ou revelação. Nessa memória e nesse instante residem a experiência da verdade; da mesma forma está a liberdade na libertação e a beleza no deslumbramento do belo. São quadros mentais de grande intensidade, porém eventualmente enganosos; as chamadas “ideologias práticas” investigam (por exemplo, a mercadologia) ou criam condições para que surja (por exemplo, certa propaganda, códigos de conduta morais e religiosos) uma demanda de certezas, descompressões ou encantamentos para satisfazê-la mediante a oferta de bens materiais ou simbólicos, sucedâneos ou sublimações. Afora isto, interrogando-se uma cultura sobre o que é verdade, ela responderá com signos de abstração equivalente ou com exemplos de coisas *verdadeiras*.

A autonomia da palavra *verdade* é, pois, relativa: seu significado e valor variam de modo peculiar com a instância de uso. Esta e outras (como *beleza* e *liberdade*) são palavras, digamos, de *polissemia aberta*; ampliam-se, reduzem-se, ganham conotações e as perdem de acordo com o tempo histórico e o lugar cultural. Diferentemente de *largura* ou *grandeza*, alteram sua natureza com a natureza do que é dito verdadeiro, belo ou livre; em última análise, com a necessidade de estabelecer discriminações na teoria. Com a liberdade, acrescenta-se outra variável; a natureza do ser-livre dependerá tanto da natureza do que é livre quanto da forma do constrangimento anterior ou potencial.

Não surpreende, portanto, que se diga de um enunciado que é verdadeiro para dizer que *corresponde*, no código da língua, a um fato observado empiricamente (as condições dessa adequação admitem discussão técnica); de outro enunciado que é verdadeiro por estar *implicado* em uma ou

mais verdades anteriormente estabelecidas; de um fenômeno que é verdadeiro por não resultar de fraude ou ilusão, mas ser *real*; de um sonho verdadeiro por não termos conscientemente inventado, porém *vivido na experiência*; de um material que é verdadeiro para nomeá-lo como *autêntico*, isto é, semelhante, por algum aspecto considerado, em substâncias, forma ou procedência, a um modelo ou descrição de modelo (tal conformidade também é um problema técnico); que se proponha a verdade de um fato como expressão de sua *probabilidade muito elevada* de ocorrência; que se proclame verdadeiro um sentimento *intenso*, porém pouco duradouro; que se supunha verdade algo que acontecerá *com certeza*, em face das regularidades do código ou do conhecimento que ele organiza. Assim, na ordem, é verdadeiro que Getúlio Vargas morreu; que duas quantidades iguais a uma terceira são iguais entre si; a aurora boreal; que eu sonhei com nuvens; o aço sueco de um punhal; uma folha de araucária; um uísque escocês; que todo homem é mortal; o amor de um apaixonado; que quatro mais dois são seis; que uma corda de cânhamo com meio centímetro de diâmetro se romperá se a usarmos para erguer um peso de 20 toneladas.

Também é verdade que o conceito de verdadeiro atribuído à pérolas se modificou, adquirindo discriminação complexa, ao surgirem as pérolas cultivadas; a transformação decorreu de motivos comerciais perfeitamente claros para nós e, supomos, para o leitor eventual deste texto. Tomando-se o período acima, encontramos *verdadeiro* para expressar a correspondência entre um enunciado e fatos (*se transformou*) ou teorias sobre fatos (*decorreu de*); para falar da autenticidade (das pérolas); para evidenciar a subordinação de um conceito aparentemente *natural* (a autenticidade das pérolas) a uma necessidade ditada pelas contingências histórica, econômica e pela técnica (a competição comercial; os interesses de negociantes de pérolas prejudicados pela técnica japonesa de cultivo; a atribuição de maior valor ao que é raro; a possibilidade de deflagração de um processo biológico na ostra pela intervenção humana, etc.). Quando espero que o leitor comungue da minha crença na evidência dessas explicações, não dou por verdadeiro que seja o caso do leitor; baseio-me na probabilidade de que o leitor tenha alguma informação geral a respeito e na presunção de que concorde. Verdadeira é, pois minha suposição; ela é *real* tanto quanto pode ser um raciocínio ou sentimento, não como pode ser um muro ou uma pérola.

## A verdade histórica é prevalecente

Ao admitirmos a verdade como atributo, iniciando daí a discussão, partimos da materialidade da coisa ou do enunciado para sua eventual condição de verdade. Nada impede, por ora, que tomemos as verdades das ciências em particular com seus próprios critérios de avaliação; e, fora da cientificidade desses critérios, uma verdade peculiar à história, que seria a verdade – ou *adequação histórica* – das teses nas Ciências Humanas. Tal distinção parece ser justamente necessária no presente momento da produção teórica, já que se torna imperativo extrair os conceitos de verdade das relações concretas com o mundo real, que é um mundo de fatos naturais e culturais.

Este imperativo conduzirá, no entanto, a reavaliações que não parecem tão óbvias. O mundo em que se movem os cientistas e em que se formam seus critérios de verdade é um mundo de violenta abstração. Queremos dizer com isso várias coisas. Primeiro, seguindo Foucault (e Nietzsche), que as ciências não se originam da descoberta de seus objetos e métodos, embora tais descobertas possam demarcar seu nascimento; foram inventadas. A partir de quê? De desejos. Mas o *desejo* ou nada é ou é a projeção de uma necessidade, em algum nível. As necessidades históricas continuam sendo a última instância.

O que quer que pensem de si mesmas, as ciências são produtoras de técnicas e servem a interesses. Assim algumas ciências sabidamente relacionam-se com a Revolução Industrial. Permitiram acelerar incrivelmente a acumulação tecnológica iniciada na Idade Média; transferir às máquinas o encargo motriz antes atribuído à força muscular dos trabalhadores e, sempre que possível, decompor o *savoir faire* deles (seu saber integral da produção) na impossibilidade do *know-how*. Os músculos eram de quem fazia; as máquinas de quem detinha o capital acumulado na fase mercantilista e, a partir daí, mais intensa e complexamente multiplicado. O *savoir faire*, algo possuído pelo trabalhador; o *know-how*, mercadoria que se vende como qualquer outra e que se pode fracionar e reproduzir em escolas profissionais, sem que qualquer dos aprendizes, por mais hábil, se habilite a dominar a integridade do processo produtivo.

Em tudo estas ciências serviram a um processo engendrado na história; é por isso que em dado momento, e não antes, avançaram-se sobre as fontes de energia conhecidas academicamente desde a Antigüidade e se

descobriram novas fontes, de um velho brinquedo grego fez-se a caldeira e o ferro tornou-se a matéria plástica da civilização.

O parto das ciências é histórico. O esplendor de seu nascimento assinalado por uma frase, uma experiência ou um livro; o rigor de suas formas; a vitalidade com que denunciam o saber anterior acumulado em seu campo jamais deverão permitir que se esqueçam a paternidade e condição de invento. Os cientistas nunca se libertam da história; ela não só condiciona a ética do conforto máximo e da felicidade individual como transforma, por exemplo, em mercadoria carente os alimentos criados pelo geneticista que esperava com eles saciar a fome do mundo, da mesma forma que hoje distancia os povos no sentido oposto ao avanço das possibilidades de transporte e telecomunicações.

Os critérios de verdade gerados no interior de cada ciência têm, pois, validade particular. Estabelecidos no campo específico de sua formulação, obedecem, na aplicação ao mundo real, a outras verdades mutáveis e menos formalizadas – verdades que se evidenciam na luta pelo poder e, em última instância, nas relações da economia. A contradição entre a verdade privada de uma ciência e a verdade social é também um fato histórico, sujeito, portanto, à crítica histórica.

As próprias ciências naturais, originadas de interesses dominantes em dado tempo e lugar, representam um diálogo do homem histórico com uma natureza aparentemente não-histórica. É isto que permite a proposição da verdade como oposição radical ao erro. No entanto, a validade dessas verdades estabelecidas não é absoluta, porque a natureza também tem uma “história”, embora lenta e impalpável, onde se confundem tempo e espaço. As proposições da física de Newton não foram revogadas pelas teorias mais abrangentes – da relatividade, dos quanta – porém entendidas como caso particular em que certas variáveis se tornam constantes e certos fatores desprezíveis. Isto ocorre numa instância dada da “história” da natureza, que os homens abriram à curiosidade científica em dado momento de sua história. As ciências da natureza, uma vez instituídas, parecem progredir pela ampliação ou aprofundamento do campo da verdade, em lugar de fazê-lo pela negação crítica das verdades anteriores, como ocorre com a filosofia.

As ciências puras (penso, agora, na Matemática), sendo um projeto que se busca derivar do pensamento grego, não se evidenciam tão *puras* assim, a julgar pelas aplicações que têm tido nos últimos séculos. A aparência de

“pureza”, ou desinteresse, nutre-se da relativa demora e incerteza do elo que une pesquisa e aplicação; os dados da pesquisa pura guardam-se como um arsenal de armas possíveis, de que se tirará o necessário. Na prática, os cientistas *puros* recebem certa gratificação e prestígio, como se fossem ascetas filósofos – no sentido etimológico de *amigos da ciência* – num mundo corrompido pelo utilitarismo. Mas isto é ilusório: não importa o sítio em que estejam ou a idéia que façam de si mesmos, o produto do trabalho dos cientistas será apropriado – eventualmente de modo surpreendente ou contrário às intenções do produtor – por quem tiver condições e no momento em que surjam essas condições.

Um cientista de país periférico que tenha descoberto um princípio teórico, uma partícula ou propriedade de radiação, dará talvez a seu povo apenas a glória duvidosa de participar, sem dividendos reais, do desenvolvimento, pela potência hegemônica, da tecnologia de uma nova arma, um sistema de transporte de energia ou uma caixa-preta de qualquer outro tipo. Por detrás da verdade da descoberta, da ironia da participação, estará, vitoriosa, a verdade das relações históricas entre os países. Porque a história contém nesses limites a suposta universalidade e fraternidade de uma suposta ciência voltada para o benefício de todos os homens; nas duas vezes em que usamos a palavra *suposta*, está implícito o critério da verdade enquanto *justeza* ou *adequação* – com base no qual denunciemos o erro dessa universalidade, dessa fraternidade e desse benefício genérico no presente estado de coisas do mundo.

## **Verdade, poder, conhecimento**

O segundo aspecto de abstração do conhecimento científico refere-se à desconsideração sistemática de modos de ser relevantes da realidade; isto ocorre na estruturação do *saber-sobre* de cada ciência. A psicologia fala do que há de psicológico nos homens; biologia, do que há de biológico neles; certa sociologia e antropologia, de sua existência gregária, de seus valores. Mas não se conhece nas cidades ou nos campos qualquer homem biológico, ou homem sociológico, ou homem psicológico. Do homem real nenhuma ciência fala e nada assegura que, por conhecer todos esses *homens ideais* das ciências, alguém termine conhecendo algum homem real.

As ciências ficam a meio caminho entre a unidade abstrata (que, na tradição grega e cristã, organiza todo o conhecimento) e a diversidade de

práticas. Os físicos modernos podem encontrar raízes em Aristóteles, mas nada há na física moderna que lembre a unidade do pensamento aristotélico. Por outro lado, o quadro atual das ciências é muito recente e se altera com rapidez; quanto a isso, basta considerar que, ainda no século XVIII, em sua *Introdução à Enciclopédia*, D'Alembert mal as distinguia das artes e dos saberes normativos, como a gramática e a retórica. Fatores tão *assistemáticos* quanto a substituição do ativo circulante das folhas de pagamento pelo capital imobilizado em máquinas; a necessidade de uma arma decisiva na guerra; a dificuldade de armazenar dados ou desenvolver o transplante de órgãos atraíram interesse, recursos e deram autonomia a certos campos científicos.

Poderíamos dizer que há *práxis* e objetos materiais; há conhecimentos e métodos das ciências; novas *práxis* e objetivos decorrentes desses conhecimentos e métodos. Poderíamos dizer também que, cada vez que uma ciência dá solução a um problema prático, cria novos problemas intrigantes para ela mesma ou para outras ciências. Mas nada disso é lamentável; o desequilíbrio só é um erro do ponto de vista ideológico. Cabe às ciências a participação, às vezes em primeiro plano, no processo histórico das acumulações. Mas é uma ilusão pretender que as ciências freiem a história, tanto quanto seria ilusório pretender particularmente da mecânica celeste que sustasse o movimento dos astros para prolongar a pôr do sol. Por mais que o prestígio da mecânica tenha gerado metáforas mecanicistas, ou o prestígio da biologia motive metáforas biológicas, ou o prestígio da cibernética instaure metáforas que remetem ao computador, os problemas sociais e políticos não poderão ser reduzidos à mecânica, à biologia ou à cibernética porque é outro o seu gênero de verdade.

As ciências são fontes de poder na medida em que produzem conhecimentos praticáveis. A teoria dos reflexos é um poder apenas potencial; sua utilização na comunicação de massa, associada ao conhecimento do grau de repressão e motivação dos impulsos<sup>1</sup> num dado momento e cultura, será um poder imenso e real apenas para quem dominar os meios de comunicação de massa, conhecer suas linguagens e estiver em condições de operá-los. Isto significa a posse dos recursos financeiros, técnicos e de hegemonia política de que não trata a teoria dos reflexos. A física do átomo não é um poder em si; mesmo as armas atômicas só representam um poder quando são utilizados ou alguém ameaça utilizá-las, tendo condições para isso.

Essas intermediações entre o conhecimento e o poder nem sempre são evidentes para os especialistas. Se o campo de conhecimento é novo e se propõe um objeto muito extenso, é provável que o cientista crie uma realidade ilusória com base nos seus critérios particulares de verdade. Vimos que a mecânica, a biologia, e a cibernética viveram esta espécie de sonho. Tais ciências *hegemônicas* servem muito bem ao poder político simultaneamente hegemônico. Assim, houve as tentativas genéticas de sustentar o etnocentrismo europeu; um estruturalismo chegou a pleitear o abandono dos significados, como incoerentes, enfocando as realizações humanas como formas de que se poderia armar uma gramática; a ecologia serve hoje como arma para justificar as imponderáveis vantagens de os países pobres continuarem pobres. Não é esta, certamente, a tarefa da genética, nem do estudo de estruturas, nem da ecologia. Não há ciências reacionárias, mas usos reacionários (historicamente) das ciências. O processo histórico tende à superação desses usos.

Parece-me claro, a esta altura, que a *aldeia global* de McLuhan é uma fantasia hegemônica desse tipo, na qual apenas uma fonte emissora e um código de imagens universais alimentam um sistema de domínio; fantasia de um especialista delirante; fantasia bem mais perigosa de quem aspira a um poder global. A medida da realidade não está aí nas possibilidades teóricas, que existem, mas nas condições econômicas, políticas e estratégicas.

A ficção científica não está muito longe dessas proposições megalômanas. Os bons e maus fantasmas assim criados – a alimentação abundante, prevista pelos cientistas da nutrição, ou a desnutrição das culturas prósperas pelas multidões de famintos políticos, estimada por alguns demógrafos; a asfixia da Terra pela poluição, como temem os ecologistas, ou o gratificante e absoluto ócio das cidades futuristas cujos planos aparecem, de vez em quando, nas revistas – tudo isso também pode servir ao poder porque oculta problemas imediatos, justifica atitudes de força, império ou monopólio, mantém a coesão de sistemas nacionais. Não quer dizer que não haja problemas alimentares, demográficos, de contaminação; ou possibilidade de mecanização de uma infinidade de tarefas. Apenas esses fantasmas têm uma relação parcial com a realidade; os problemas são vistos fora de sua moldura cultural, social, histórica. E vemos, ainda aí, a apropriação interessada de conhecimentos particulares a serviço de interesses globais; de umas verdades por outra verdade, do poder, que alimenta assim a ideologia.

## Tensão entre novas verdades e formas antigas

A atribuição de autonomia semântica a palavras como *verdade* tem longa tradição. Decorre da postura idealista que busca a essência da realidade na estrutura e na razão (ora dita inacessível ao conhecimento humano, ora postuladamente acessível aos homens) de todas as aparências do mundo. Para que a essência da verdade seja autônoma, à falta de referente material, é necessário que anteceda a existência de toda coisa material, verdadeira ou falsa; ou que uma inteligência prévia faça as coisas serem conformes. Daí, os muitos usos da palavra *verdade* teriam que ser um só, em última análise, e o mesmo ocorreria com cada novo uso da palavra, ou com aplicações distintas dela em diferentes culturas. Os novos usos estariam pre-determinados e os idiomas preconcebidos. A autonomia e essencialidade da verdade, levada à conseqüência extrema, demarcaria o destino dos homens como evidência de uma razão primeira.

De qualquer forma, temos aí uma discussão sobre modelos; não falamos do mundo das coisas, mas de um universo fundamentalmente humano e ainda indefinido, o do código linguístico, e de seu grau de competência para organizar o conhecimento. No código linguístico, composto de formas, conformidade e conformações, estão reunidas não só as possibilidades sintáticas e morfológicas como também significações referidas às ideologias e concepções do mundo; o que a cultura supõe de si mesma em termos políticos, jurídicos, filosóficos religiosos e morais.

Este papel do código linguístico como depositário de suposições ideológicas de verdade é provavelmente o responsável pela aplicação ampla de certas colocações da fenomenologia na crítica literária, na semiologia e no estudo dos meios de comunicação, bem como pelo intercâmbio de dados entre esses campos; de qualquer forma, tais apropriações são similares àquelas que uniram a gramática tradicional à lógica aristotélica.

Admitir o papel dominante da linguagem, sua “relação fatal de alienação”, sua função de “subjugar” é uma atitude de verdade particular. Quando numa palestra no *College de France*<sup>2</sup>, Roland Barthes disse isso: estava evidenciando um impasse. “A língua”, declarou Barthes, “como *performance* de toda linguagem não é reacionária, nem progressista; ela é simplesmente fascista, porque o fascismo não significa impedir de dizer, mas obrigara dizer”. Considerando isoladamente esta frase, podemos investigar outros aspectos ambíguos do conceito de verdade. Um dos sentidos conjugados

no enunciado é de que a língua consubstancia o legado da cultura e de seus controles; suponhamos que isto seja *adequado* à língua.

Retornaremos assim à definição clássica do pensador judeu Isaac Israeli (século IX) que, considerando a verdade como “acordo íntimo entre a coisa e a inteligência” (*adaequatio rei et intellectus*), forneceu a Heidegger o material semântico para a oposição de duas variantes: *adaequatio intellectus ad rem* e *adaequatio rei ad intellectum*. Quando dissemos que a língua “consubstancia o legado da cultura e seus controles”, teremos formulado uma proposição adequada à língua ou teremos conformado o *objeto* língua ao enunciado que formulamos?

Digamos o mesmo de outras afirmações críticas mais ou menos recentes: que a obra de arte perde a sua “aura” por força da reproduzibilidade técnica<sup>3</sup>; que a industrialização tende a determinar a máxima homogeneidade<sup>4</sup>; que o racionalismo, o moralismo, a prosperidade excluem os seus contrários, colocando-os por detrás dos muros dos hospícios, nas zonas fechadas do meretrício e da *vida noturna*, nos bairros miseráveis da periferia ou centro *deteriorado* das cidades<sup>5</sup>; que o acriticismo confina a atividade crítica no território dos *campi* universitários, de certos livros e revistas, nos limites fechados de outros jargões, na fase etária da juventude que precede o ingresso no mecanismo de produção, etc. Estaríamos falando da língua, da obra de arte, da *industrialidade*, do acriticismo; ou simplesmente determinamos que as coisas serão conforme o que dissemos, isto é, por exemplo, “se chama contestatário ao confinado”, *se e somente se?* Talvez a dúvida cresça pelo fato de estarmos formulando inadequadamente as perguntas. Ao falarmos da língua, da obra de arte, da *industrialidade*, do racionalismo, do moralismo, da prosperidade, do acriticismo, estamos falando *realmente* da sociedade.

De qualquer forma, por que essas *verdades* causam escândalo? E, se falsidades, ainda aí, por que o escândalo (a reação desencadeada pela palavra *fascista*, na frase de Barthes, é exemplar)? Eventualmente, porque as proposições deslocam a ideologia. Dizer, em todos esses casos, é entrar em tensão com o que foi dito antes, sacramentado nos códigos, na gramática, nas escritas e nos *bons* estilos.

A inclusão do novo dito no discurso social é um fato revolucionário, único incapaz de levar à consciência social o que se diz. À ideologia incomoda falar da aura perdida da obra de arte, do confinamento do pensamento analógico, da crítica e do prazer sexual, porque tudo isso está em

desacordo com os ideais formulados na história pela cultura. A medida do *erro* é esse idealismo. Incomoda, sobretudo, que o novo dito se torne, quase simultaneamente, um já dito; que uma nova aura ilumine a arte consumida (compara-se um filme antigo a um quadro antigo); que o excluído, ao derrubar os muros, se torne um combatente igual e justamente indignado. O prazer, a analogia e o conteúdo da crítica podem ser espantosos para uma cultura idealizada, axiomática. Mas, se deixarmos de considerar o indivíduo e sua perspectiva idealista para considerarmos a sociedade e seus processos reais, veremos que a dialética está contemplada.

O que é necessário é delimitar a competência do código (linguístico, moral, jurídico, de valores) em que se diz que uma coisa ou enunciado é verdadeiro; sua capacidade de organizar o conhecimento do mundo, no qual as coisas ou enunciados serão ditos verdadeiros ou falsos – e fazê-lo a partir da materialidade das coisas e fatos do mundo.

Uma das mais conhecidas proposições a respeito figura na carta de F. Engels a Joseph Bloch, de 21 de setembro de 1890. Defendendo a tese marxista de que a produção e reprodução da vida real e, em última instância, determinante da história, considera o autor que seria vazio, abstrato e absurdo considerá-las (a produção e reprodução) como único determinante. Para ele, existe uma interação de muitos fatores: a situação econômica, na base; as formas políticas, as formas jurídicas, as teorias (políticas, jurídicas, filosóficas), concepções e dogmas religiosos. O movimento econômico, diz ele, “abre caminho como uma necessidade, através da multidão infinita de acasos”. E conclui: “Se assim não fosse, a aplicação da teoria a qualquer período histórico seria, quanto a mim, mais simples do que a resolução de uma mera equação do primeiro grau”.

Podemos supor que haja presentemente novos dados capazes de organizar alguns acasos dessa “multidão de coisas e acontecimentos cujo vínculo íntimo entre si é tão longínquo ou difícil de demonstrar que podemos considerá-lo como inexistente ou negligenciá-lo”. Será a cultura algo que vive a história produzindo a consciência dos homens como um espelho, interessado e deformante, da realidade? Será a tradição a medida dessas deformações? Terá a cultura um papel na forma e portanto na resistência ou na fragilidade das leis, dos usos, na gestação das condições políticas peculiares?

É por entre um emaranhado de conceitos que a realidade abre seu caminho para evidenciar-se à consciência dos homens que fazem a história.

Algumas vezes ela derroga escritas vigentes; por outras, é dita nessas mesmas escritas, tensionadas ao limite de sua capacidade de expressão ou exploradas em suas contradições pelo exercício crítico. No processo dessa luta, colocam-se questões de poder; alguns fios do emaranhado cedem, outros resistem e a alguns a própria realidade se conforma, na perspectiva do homem que vive o processo. Uma história das idéias não é autônoma, porém dependente da história real da sociedade objetiva; está longe; porém, de ser um símile dela, a ponto de a inferirmos por inteiro da realidade subjacente.

Os romantismos foram distintos em cada nação – pujantes, modestos, agressivos, disfarçados, compassivos. Ainda hoje, aqui a religião contém, ali contesta, para além se omite ou negocia. Na prática histórica, vemos projetos políticos terem conseqüências na periferia de sistemas de poder, onde a resistência é menor, e não no centro para que se voltam as atenções gerais. E, por toda parte, a luta teórica tem autonomia relativa.

### **A verdade da práxis e seus compromissos**

Vimos que a verdade, de atributo que é, adquire rigor nas ciências, relatividade no meio social e uma instância derradeira na história. Devemos falar, agora, não de um *saber sobre* (como o das ciências), mas de um *saber fazer*. Em particular, do *saber fazer* dos jornalistas.

No quadro das relações entre conhecimento e verdade, temos aqui uma nova dimensão. Falaremos de uma verdade comprometida com uma prática, e confessadamente interessados em averiguar o que essa prática pode render para o esclarecimento útil da relação entre os muitos outros conceitos de verdade.

### **Notícia e aparências**

Notícias são relatos de aparências codificados (a) pelo código semiológico (linguístico); (b) pelas técnicas de nomeação, ordenação e seleção; (c) por um *estilo*. Obedecidas a estas três ordens de restrições ao elenco de possibilidades do enunciado, a verdade se apresenta como conformidade do texto com o acontecimento aparente. Tal conformidade, supostamente, qualifica o jornalista como correto, honesto; a inconformidade o qualificaria como incorreto, desonesto. A obediência ao código e à técnica medem sua competência e domínio de expressão.

Mas a técnica, seguindo modelos formais frutos da experiência, dissimula relações de poder à leitura corrente. As nomeações preferenciais, os critérios de seleção de fatos e sua ordenação (a ideia que se faz sobre o que interessa ao leitor) estão previamente produzidos dentro de um código cultural. O enunciado mediante fórmulas tem a máxima clareza, a redundância máxima, permite uma produção rápida do texto (*da mensagem*) mas admite desvio mínimo em relação aos valores prévios. Daí outro conceito de competência do jornalista: sua capacidade de refletir a realidade de maneira mais *justa* (ou verdadeira) vencendo todas essas limitações através de um domínio superior da técnica e das convenções da língua.

Por exemplo, como evidenciar que um suposto prisioneiro de guerra foi seveciado por seus captores, quando a nomeação previamente dada chama o prisioneiro de *terrorista* e os captores de *força de paz*? Como fazê-lo se o que supostamente mais interessa é a revelação feita pelo preso no interrogatório? Como conjugar essa informação brutal com o estilo “leve” de uma publicação destinada presumivelmente a leitores fúteis? Digamos agora que as evidências se multiplicam e que têm conseqüências graves – algo como aconteceu, por exemplo, na cobertura das guerras da Indochina e da Argélia, pelos franceses; da destruição de Hiroshima e da campanha do Vietname, pelos americanos; dos problemas agrícolas soviéticos, no tempo de Khrushchev.

A competência ou habilidade consistirá, primeiro, em captar os indícios da verdade, o que envolve conflitos íntimos e com as fontes; em deixá-los transparecer em aparências esparsas, ou na omissão de dados esperados; de toda forma, o que assim é a princípio comunicado será perceptível apenas pelas pessoas mais atentas ou informadas. O mais difícil, o mais arriscado é que menos se percebe; mas a acumulação de palavras e vazios enigmáticos é frequentemente o único meio que o jornalista tem de tocar a verdade que ele próprio mal conhece.

Porque há outras dificuldades: o jornalista não escapa às contingências de controle dispostas pela propaganda, às atitudes padronizadas de classe ou grupo; carrega ele próprio preconceitos e prejulgamentos. Muitas vezes não vê o que relata; baseia-se em testemunhos que expressam interesses; trabalha com rapidez sobre temas controversos, onde há pressões e contrapressões eficientes, e é levado a penetrar em informações técnicas de difícil transposição.

## A máscara dos estereótipos

Nas notícias, o ente é apresentado como actante. Isto implica aproximá-lo de estereótipos desse tipo, por exemplo, o homem-que-se-fez-por-si-mesmo, o administrador-dinâmico, o inimigo-público, a vítima-da-sociedade, o ladrão-romântico. Há estereótipos contraditórios: a mulher-de-negócios, a artista-boa-dona-de-casa, o poeta-dotado-de-senso-prático, o herói-modesto, o jovem-que-chegou-a-ser-qualquer-coisa, o velho-moço-de-espírito.

Tais modelos estão prontos: sua aceitação é garantida. Por isso, são bastantes alguns pontos em comum para que se funde um reconhecimento. É por esse meio que se instaura a generalidade do particular e as notícias tornam-se exemplos de algo sobre o que há consenso ideológico. A variedade de coisas do mundo se organiza como uma espécie de regularidade – regularidade que as ciências sem dúvida formulam de maneira mais radical em suas taxinomias.

As figuras críticas, que não se enquadram por algum motivo nas rotulações, e os acontecimentos críticos que desafiam a ordem do mundo, merecem um tratamento particular; ora são apresentados como ridículas (homossexuais, feministas), ora como trágicas (os crimes da alta sociedade, as rebeliões de povos coloniais), ora como deploráveis (suicídio). Pode ser que haja muitos homossexuais, feministas, os crimes sejam muitos no *jet set* ou ocorra uma onda de suicídios. Não importa: se estatisticamente são fatos ou seres prováveis, sua improbabilidade relaciona-se com o que é esperado. A redação dessas notícias e do delineamento dos personagens, a hipocrisia da edição fartamente escandalosa, envergonhadamente discreta ou quase lírica, servem para descaracterizar o que há de temível nas ocorrências e pessoas. É como se o jornal estivesse dizendo: isto é um absurdo porque é o não-permitido, o não-conveniente; existe, está aí, mas não devia existir.

No entanto, falar dos estereótipos e dos jornais é falar de um objeto falso; estaremos necessariamente falando da sociedade que produz os estereótipos, determina a linguagem dos jornais; na conversa corrente e nas ciências, há marcas igualmente poderosas dessas discriminações. Para evitar as acusações correntes de sensacionalismo ou subversão, ora se exageram ou amesquinham as notícias, ora se cuida de obter uma interpretação conveniente, o que no jornalismo à moda tradicional é conseguido através

de um especialista ou técnico providencialmente entrevistado. A verdade particular desse especialista pode ser o instrumento adequado para instaurar uma perspectiva global errada do que aconteceu. Assim, o depoimento de um psicólogo poderá descaracterizar o real sentido de um crime político; um indigenista transformará em “inevitável”, através da repetição exaustiva e universal de precedentes, o extermínio de mais uma tribo.

### **A luta na prática**

A carpintaria dos jornais é, como se vê, muito rica de recursos, que encontram similares no jornalismo radiofônico e de televisão. No entanto, por que surgiram tais recursos? Por que não deixou simplesmente de noticiar a revolução bolchevique, ou o *crack* da bolsa, em 1929? Por que se fala, embora dissimuladamente, da pobreza e do atraso, quando a ideologia é de riqueza e desenvolvimento? As condenações vigorosas (do golpe leninista), o enfoque trágico (do *crack*), a surpresa quase cínica diante da pobreza e do atraso (*há pessoas que vivem assim, como mostramos; que bom que não vivemos assim!*) – por detrás de tudo isso as informações passam.

Eventualmente, porque o jornalismo é como a política, uma arte do possível, e como a filosofia, o cenário de uma luta em que a materialidade do mundo termina por se impor. O compromisso com esse aspecto material, real, do fato compõe um aspecto renitente, espontâneo e positivo do modo de ser dos jornalistas. Ele se opõe ao elenco das verdades acabadas que a sociedade propõe e o jornalista dispõe; à ilusão de que os fatos se bastam e conhecê-los é dominar o processo; à tendência de substituir uma teoria dos conteúdos pelo formalismo das técnicas, na produção de modelos particularmente fechados de diagramação e texto; em suma, ao idealismo genérico da profissão.

### **Ainda assim, muitas verdades consistentes**

Apesar disso tudo, e por causa disso tudo, as notícias são tidas em geral como verdadeiras. Governantes, cientistas, jornalistas e gente de todo tipo lêem, ouvem e vêem notícias. O que podem encontrar?

a) A primeira coisa que um jornal informa é sua ideologia. Num grande diário, será a ideologia de um segmento econômico bastante forte para suportar os custos (mediante publicidade que é comum, ou verbas diretas, na imprensa partidária, religiosa ou oficial). O grau desse óculo deformante e seu peso relativo têm importância.

b) O compromisso do jornalismo com as suas visões particulares de cada ciência é, de modo geral, tênue. O que ele traduz é um contato prático, corrente e social: ao mesmo tempo, dados do que aconteceu e é noticiado e dados implícitos sobre o que predominantemente a sociedade (quem a domina) está pensando.

c) Daí os técnicos e os cientistas terem uma espontânea desconfiança dos jornalistas. “Torcem o que se diz”, falam. E, de sua perspectiva, é certo. Algumas vezes esses técnicos e cientistas procuram algum espaço nos jornais, rádios, televisões. Se têm êxito como jornalistas, sofrem dos ex-colegas as mesmas críticas feitas aos demais jornalistas.

d) O aprofundamento da investigação jornalística é uma generalizada abertura ao senso comum, mas também um caminho único para a exploração do objeto.

e) No jornal está a verdade da censura e do liberalismo, da dominação e da independência. Há corrupção, medo e esperança nos jornais, mas eles são feitos com tais substâncias, com relatos imperfeitos de acontecimentos. Fazem-se também com opiniões, e os melhores articulistas não são, certamente, os *imparciais*.

f) O mundo fragmentário dos jornais apresenta a realidade (de uma guerra) em segmentos (combate a combate, vitória e rendição, avanço e recuo), mas não decomposta (a estratégia, a política). Mais do que falar sobre, falam de. A imparcialidade e a objetividade são máscaras eventuais que mal ocultam a presença humana, o engajamento e a participação.

g) Dados os fatos, porém, pode-se inverter o sentido do texto jornalístico. Uma palavra, uma nota, podem evidenciar com clareza tudo o que se quer esconder. A pequena nota reveladora costuma gritar mais do que a

manchete espalhafatosa e conformista. Por isso os jornais são temidos e os próprios editores jamais abrirão o calhamaço de páginas com tranqüilidade absoluta.

h) Quanto mais a verdade (essencial) se oculta numa notícia (nas aparências), mais ela se revela. Isto é uma interpretação livre de um fragmento de Heráclito, filósofo eleata.

i) Os eruditos queixam-se da superficialidade dos jornais, lamentam o laconismo das notas de rádio e *flashes* de televisão, esperam livros que talvez não leiam. Os educadores lamentam seu antididatismo, porque confundem cultura com transmissão pura e simples de procedimentos, conceitos. A indústria cultural é, no entanto, menos servil e bem mais problemática do que a escola formal e programada. Embora seu objetivo último seja preservar as relações sociais, ela pretende alcançá-lo conformando-se e dialogando com os fatos noticiados e com os fatos sociais que influem em sua estratégia.

j) O saber dos jornais é extremamente superficial, mas extenso. Eles se confessam perecíveis; não tratam de fins ou princípios. Os espíritos positivos se irritam com a coragem com que os jornais afirmam o impreciso. Mas um jornal sem erros não se poderia escrever; e só os ingênuos acreditam que não têm interesses capazes de levá-los a deturpar os fatos.

l) Os peritos apontam a propagando oculta; mas é lendo que descobrem qual a propaganda. O sentido, tom e formas da propaganda, oculta ou ostensiva, são outras coisas que os jornais informam (e os noticiários de rádio e TV).

m) Há, portanto, dois gêneros de verdade consideráveis nas notícias. Uma verdade está no acordo íntimo entre o que está sendo narrado e o que de fato ocorreu. Outra, disposta no paradigma da escolha de palavras, da ordem e seleção dos acontecimentos – dos lapsos entre uma e outra informação e das sugestões que deixa ao consumidor sobre como preenchê-los – é a verdade como adequação histórica.

n) Os jornais, em suma, não têm saída: são veículos de ideologias práticas, mesquinhas. Mas têm saída: há neles indícios da realidade e rudimentos de filosofia prática, crítica militante, grandeza submetida, porém, insubmissa.

## Notas

1. TCHACHOTINE, Serge. *Le viol des foules pour la propagande politique*. Paris: Gallimard, 1958.
2. Em janeiro de 1977.
3. Walter Benjamin.
4. Theodor W. Adorno.
5. Michel Foucault.

## Verdade (à guisa de posfácio)<sup>1</sup>

Certamente, verdade é o atributo daquilo que é verdadeiro. Mas o que é “ser verdadeiro”?

O senso comum considera verdadeiro aquilo que é constatado por nossos sentidos, em particular a visão. Isso é comprovado quando se considera o uso ambíguo de expressões como “é claro”, “é visível”, “é evidente”, etc.

O que é verdade na aparência pode ser falso na essência, como o ouro dos tolos ou o sorriso dos hipócritas; indicar algo que, no entanto, não revela, como muitas dores físicas e outros tantos comportamentos; e, por fim, ser, de fato, verdadeiro, embora, com frequência, circunstancial.

O fato de se conhecer a mecânica celeste não invalida a obviedade de que, para qualquer criatura terrestre, o sol nasce no Oriente e se põe no Ocidente; o ano, nos países temperados, tem quatro estações mais ou menos definidas; a Lua tem fases regulares e daí por diante.

O mesmo ocorre com a física de Newton: ela não se aplica, sabemos, ao muito grande e ao muito pequeno, mas, nas condições de nossa experiência terrestre, é a que de fato nos serve na prática. E assim com muitas outras coisas: a dilatação dos sólidos, a dinâmica dos líquidos, a vida dos seres sexuados, a história dos impérios, etc. – tudo ocorre linearmente, entre dois instantes de não-linearidade ou, o que seria o mesmo, de quebra de paradigmas.

Por reflexão teórica e/ou por inventar instrumentos que prolongam sua capacidade de sentir, como telescópios, microscópios, computadores ou naves espaciais, a humanidade definiu de maneira mais sofisticada o conceito de verdade.

A definição clássica, que data do século IX<sup>2</sup>, relaciona o enunciado com o fato ou ente a que se refere: “a verdade é a adequação perfeita entre o enunciado e a coisa”. Tomás de Aquino acrescenta: “a verdade está nas coisas e na inteligência”; na escala de valores, diz ele, “vem antes do bem”<sup>3</sup>.

Dessas proposições, a segunda revela o esforço da escolástica medieval para relacionar fé e razão; a primeira, que até hoje se sustenta, admite vários sentidos, como se tornou evidente ao longo do tempo.

Tomemos primeiro o entendimento das ciências exatas: elas consideram que a verdade é a adequação perfeita do enunciado à coisa. “*Neva* é uma sentença verdadeira se de fato está nevando”<sup>4</sup>, escreveu, em 1930, o matemático Alfred Tarski. Apesar da afirmação conclusiva, Tarski sugere a impossibilidade de se encontrar um sentido único para “proposição verdadeira” em qualquer língua natural (português, inglês, latim, etc.), menos ainda um sentido de aplicação universal; a definição exata só poderia ser encontrada em cada uma das linguagens formais, isto é, aquelas que têm sustentação matemática.

O jornalismo adotou a definição da ciência em seu sentido amplo quando um arcabouço teórico foi proposto para o ofício, no início do século XX, em reação ao modelo sensacionalista que desprestigiava, então, a imprensa dos Estados Unidos.

No entanto, isso não significa que haja similaridade entre abordagem jornalística e pesquisa científica: enquanto a ciência busca leis gerais que se apliquem aos fenômenos, o jornalismo centra sua *verdade* nos fatos em si; as proposições que eventualmente os ordenam podem ser irrelevantes.

A história também só aparentemente incorpora a verdade como conformação de seu enunciado aos fatos a que se refere. Cada discurso histórico obedece a critério de seleção inevitavelmente tendencioso e conduz a versões ou interpretações próprias da época em que foi escrito, não do tempo da referência. Assim, a história contada no Ocidente nos últimos séculos valoriza os episódios de períodos considerados *clássicos* da vida política e social da Grécia e de Roma, em que se inspirou o Renascimento europeu, mas omite ou reduz a importância de outros instantes e espaços da Antigüidade (os impérios da China, do Khmer, da Índia, etc.) e deprecia os Estados que nações européias destruíram ou submeteram (Inca, Asteca, Maia, os reinos africanos), em sua busca pela conquista do mundo.

Como já assinalado, Martin Heidegger, o filósofo mais influente do século XX, relativizou o conceito de “verdade científica” ao distinguir

adequação íntima do enunciado à coisa e adequação da coisa ao enunciado<sup>5</sup>. Este é o primeiro tema do texto “Sobre a essência da verdade”<sup>6</sup>; nele, Heidegger admite que “alguns homens” podem impor, com seu discurso, uma “nova realidade”. Não explicita que homens são esses, mas sua adesão ao partido nazista (Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães) sugere alguma essência imanente, biológica ou étnica, na seleção de tais criaturas.

No entanto, é inegável que as sociedades têm modificado atitudes, em obediência à vontade de segmentos que detêm fatias de poder por dispor de força, riqueza ou algum nível de arbítrio. É um processo que vai da aceitação à adesão. Trata-se de coisa corriqueira na análise da propaganda política e da catequese de igrejas pentecostais. É algo que se evidenciou na Alemanha, na década de 1930, com a orquestração das estruturas de ensino, cultura e esporte da Alemanha por Joseph Goebbels<sup>7</sup>, ou, de forma menos explícita (ou difusa), nos projetos de “engenharia social” que se formularam na década de 1970<sup>8</sup>.

Como os homens atuam conscientemente sobre o ambiente à sua volta, não só a cultura transforma a natureza como a extensão e sentido dessas transformações passam a corresponder às paixões e interesses desses “alguns homens”. O diálogo entre os fatos e as versões que deles se apreçoam é um dos aspectos mais interessantes da realidade contemporânea.

O terceiro conceito de verdade subordina a condição de uma proposição ser verdadeira à entidade ou conjunto de entidades abstratas nas quais se tem fé: estas são como faróis que iluminam a realidade na perspectiva do crente, emprestando-lhe sentidos particulares. Inverte-se a sentença de Tomás de Aquino: em lugar de anteceder o bem, a verdade passa a decorrer do bem, revelado aos homens.

Padre Antônio Vieira<sup>9</sup>, em um de seus sermões, calcula em dezenas de milhões o número de índios assassinados pelos colonizadores, embora não se possa crer que sequer existissem no Maranhão indígenas em tal número. O missionário jesuíta não “mentira”, apenas submeteria a “verdade” ao “bem”, à “coisa certa”, ao “deve ser”: preservar os índios da violência e da escravidão.

Estratégia semelhante é utilizada em muitas pregações modernas. Por estarem convencidos ou quererem convencer que a sociedade industrial – o uso maciço de combustíveis fósseis, a exacerbação do consumo, o ritmo crescente da superação tecnológica – antecipará o fim do mundo, militan-

tes de seitas religiosas e organizações não governamentais falseiam eventualmente dados e informações factuais sobre poluição, fontes geradoras de energia, etc.; associações de odontólogos, com a intenção de promover a higiene dentária, divulgam números não verificáveis de cáries dentárias em uma população; manifestantes em uma passeata variam em número conforme a postura ideológica dos observadores. E assim por diante.

Há efeitos reais imediatos dos discursos de mobilização social. Nas campanhas contra pedofilia, surgem pedófilos por todo canto; na luta contra as drogas, traficantes se multiplicam; quando se denuncia a subversão, não faltam subversivos. Ou estavam ali, escondidos entre milhões de pessoas, ou se tornaram suspeitos em função da paranóia social induzida, ou proliferaram atraídos pela popularidade dos delitos ou ainda o que mudou foi o entendimento do que sejam pedofilia, droga ou subversão.

Finalmente, a mais duvidosa forma de verdade é a que resulta do confronto de argumentos retóricos, em parlamentos, tribunais, debates públicos ou privados. Consulta à história e ao senso comum prova que tal verdade, validada por lei na vida civil, depende quase sempre de fatores alheios ao que está sendo julgado: a competência das partes na construção de argumentos, mas também as pressões geradas pelo momento e local; valores, compromissos, ideologia e coragem dos que discutem, de congressistas a magistrados ou membros de um júri. Estão todos presos, como nós, à classe social, ao passado e até, como escreveu Carlos Drummond de Andrade, “a algumas roupas”<sup>10</sup>.

Proclamar a confiança na Justiça e na legitimidade do que é legal sempre será, porém, uma forma de curvar-se à verdade conveniente.

## Notas

1. Quando entramos em contato com o professor Nilson Lage para pedir autorização para reproduzir o seu artigo nesse número da Comum, por coincidência o autor estava agora escrevendo um texto sobre o conceito de verdade. Solicitamos então uma cópia desse novo texto e o publicamos aqui como uma espécie de posfácio ao texto original.
2. “Veritas logica adaequatio intellectus et res”. A definição foi formulada pelo filósofo judeu árabe Isaac Israeli (Isaac bem Salomon Israeli), que viveu de 832 d.C. a 932 d.C., no Norte da África.
3. Em *Summa* 1:21:2.
4. Vérité et langages formalisés. In TARSKI, Alfred. *Logique, sémantique, mathématique*. Paris: Armand Colin, 1972, volume 1, pp. 157-260. O texto citado está na página 263. Tarski nasceu na Polônia e viveu de 1901 a 1983.
5. A partir da proposição original de Israeli, Heidegger formula em Latim: “adaequatio intellectus ad rem” e “adaequatio res ad intellectum”.
6. In: CIVITA, Victor (editor). *Heidegger e Sartre*. São Paulo: Abril Cultural, coleção “Os Pensadores”, 1973, pp. 325-344.
7. O ministério comandado por Joseph Gebbels (1897-1945) detinha o controle total dos meios de comunicação pública, sistemas de ensino, atividades desportivas, cívicas e artísticas no governo nazista.
8. Duas questões de nomenclatura: 1. para ingleses e americanos, propaganda política pode ser considerada “publicidade” (*publicity*) – atividade dos “publicistas” – e “propaganda” (*propaganda*) é instrumento do marketing comercial; 2. “engenharia social” é expressão usada também para designar iniciativas de proteção de dados em sistemas de segurança, em particular os eletrônicos..
9. 1608-1697.
10. A flor e a náusea. In: DRUMMOND, C. *A rosa do povo*.